



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0001231-91.2015.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **MARCO ANTONIO DA COSTA PEDROCHCHI**
Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao reembolso de quantia que debitada de sua conta sem qualquer justificativa.

O réu em contestação sustentou a inexistência de irregularidade nos débitos levados a cabo, provenientes de autorização do autor (fl. 40, quarto parágrafo).

Nesse contexto, tocava ao réu a demonstração do que asseverou, na esteira do que prevê o art. 333, inc. II, do Código de Processo Civil, mas ele não se desincumbiu desse ônus porque não amealhou um indício do contrato supostamente celebrado com o autor ou da autorização deste na promoção dos débitos trazidos à colação.

A devolução do valor postulada é, portanto, de rigor e ela se fará em dobro não por conta da prática dolosa do réu, mas como forma de ressarcimento pelo desgaste sofrido pelo autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

É relevante notar que o réu não refutou que o autor tentou – em vão – solucionar a questão posta, bem como que lhe teriam sido oferecidos benefícios para manter os débitos aludidos.

Essa conduta é reprovável sob qualquer ângulo de análise, concluindo-se que o réu não dispensou ao autor ao menos no caso dos autos o tratamento que seria esperado.

Haverá assim de arcar com as consequências dessa desídia, afigurando-se a forma de recomposição pleiteada plenamente razoável.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R\$ 4.749,96, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**